



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública
Análise Conclusiva do Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA

623.912.321-87 - MARIA APARECIDA BUENO PEIXOTO

Período Referência: 2018/2

Entrega de dados: 30/01/2019 19:02:35 -

Possui Regime Próprio de Previdência Social - RPPS?

Não

Comentário:

Lei de Instituição do Controle Interno:

574/2017

Possui entidade da Administração Pública Indireta?

Não

Comentário:

Orçamento

1) Houve abertura de créditos adicionais?

Resposta: Não

Comentário:

2) As alterações de saldos apresentadas nos Decretos de abertura de créditos adicionais representam os mesmos valores demonstrados na contabilidade?

Resposta: Não

Comentário:

3) Houve ocorrência de déficit na execução orçamentária?

Resposta: Não

Comentário:

4) O orçamento foi superestimado?

Resposta: Não

Comentário:

5) Houve inclusão, no orçamento, da verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado (sentenças judiciais), constantes de precatórios apresentados até 1º de julho?

Resposta: Sim

Comentário:

6) Houve descrição analítica das atividades dos órgãos e entidades do Poder Executivo e execução de cada um dos programas incluídos no orçamento anual, com indicação das metas físicas e financeiras previstas e das executadas?

Resposta: Sim

Comentário:

Operações de Crédito

60) Foram publicados os decretos de contratação de operações de crédito no exercício, mediante leis

autorizativas?

Resposta: Não

Comentário:

61) Houve realização de operação de crédito?

Resposta: Não

Comentário:

62) Qual a modalidade da Operação de Crédito?

Resposta: Não Houve

Comentário:

63) Foi ordenada operação de crédito, sem autorização legislativa?

Resposta: Não

Comentário:

64) As operações de crédito superaram os limites estabelecidos na Resolução do Senado?

Resposta: Não

Comentário:

65) O montante previsto para as receitas de operações de crédito ultrapassou as despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária?

Resposta: Não

Comentário:

66) Foi prestada garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior?

Resposta: Não

Comentário:

67) A ARO foi realizada somente a partir do décimo dia do início do exercício?

Resposta: Não houve

Comentário:

68) A ARO foi liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro do exercício?

Resposta: Não houve

Comentário:

Pessoal

69) As contratações de pessoal por tempo determinado são realizadas mediante lei aprovada pela Câmara Municipal?

Resposta: Sim

Comentário:

70) Existem pendências de pagamento de precatórios referente ao exercício anterior?

Resposta: Sim

Comentário: conforme noticiado do TJ

71) Houve contabilização como dívida do Ente, dos valores correspondentes aos precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento?

Resposta: Sim

Comentário:

72) Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

Resposta: Sim

Comentário:

73) A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

Resposta: Sim

Comentário:

74)A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

Resposta: Não

Comentário:

75)O Poder Executivo possui Quadro de Pessoal próprio instituído por lei?

Resposta: Sim

Comentário:

76)O quantitativo de servidores é compatível com o quadro aprovado?

Resposta: Sim

Comentário:

77)Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Resposta: Sim

Comentário:

78)Os documentos relativos ao concurso público e os atos de nomeação ou admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Resposta: Sim

Comentário:

79)Existem servidores contratados por tempo determinado?

Resposta: Sim

Comentário:

80)Os contratos estão autorizados por lei específica com motivos devidamente justificados?

Resposta: Sim

Comentário:

81)O subsídio do Prefeito obedece ao estabelecido em lei?

Resposta: Sim

Comentário:

82)O subsídio do Vice-Prefeito está em conformidade com a legislação pertinente?

Resposta: Sim

Comentário:

83)Os subsídios dos secretários guardam consonância ao estabelecido em lei?

Resposta: Sim

Comentário:

84)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade?

Resposta: Não

Comentário:

85)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Contador ou Técnico em Contabilidade, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Resposta: Não

Comentário:

86)Existe no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar?

Resposta: Não

Comentário:

87)Não existindo no quadro de pessoal efetivo o cargo de Advogado, Procurador, ou similar, as despesas da contratação de terceiros para execução desse serviço essencial é computado para fins de limite com pessoal?

Resposta: Sim

Comentário:

Bens Permanente

10) Houve receita de alienação de Ativos (bens e direitos)?

Resposta: Não

Comentário:

11) Houve aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente?

Resposta: Não

Comentário:

12) Em caso de alienação, doação e outros havia laudo de avaliação, leis autorizativas e justificativas?

Resposta: Sim

Comentário: não houve alienação.

13) Houve Bens Incorporados e Desincorporados no Patrimônio Municipal?

Resposta: Sim

Comentário:

14) O patrimônio municipal está devidamente registrado e controlado (registro dos bens imóveis e tombamento dos móveis), com termo de responsabilidade assinado pelo responsável pela sua guarda e conservação?

Resposta: Sim

Comentário:

15) O Poder Executivo possui frota própria de veículos e máquinas?

Resposta: Sim

Comentário:

Bens em almoxarifado

7) É realizado o controle de uso e manutenção (gastos com combustíveis, lubrificantes e peças de reposição)?

Resposta: Sim

Comentário:

8) O Poder Executivo tem implantado em seus órgãos, a conta Almoxarifado, destinada ao registro e controle das aquisições, aplicações e estocagem dos produtos e materiais adquiridos durante o exercício?

Resposta: Sim

Comentário:

9) O registro da conta Almoxarifado atendeu às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

Resposta: Sim

Comentário:

Licitações, Contratos, Convênios, Acordos e Ajuste

51) Os recursos financeiros oriundos de convênios são movimentados em conta bancária vinculada específica?

Resposta: Sim

Comentário:

52) Há análise e manifestação do responsável pelo controle interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

Resposta: Sim

Comentário:

53) O Poder Executivo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

Resposta: Sim

Comentario:

54) Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal nº 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Resposta: Sim

Comentario:

55) Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Resposta: Sim

Comentario:

56) O Poder Executivo mantém cadastro atualizado de todos os fornecedores e prestadores de serviços da administração municipal?

Resposta: Sim

Comentario:

Obras Públicas e Reformas

57) Existem obras paralisadas?

Resposta: Não

Comentario:

58) Existem obras em andamento?

Resposta: Sim

Comentario:

59) O Poder Executivo ao enviar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias ao legislativo anexou o relatório com as informações das obras em andamento?

Resposta: Sim

Comentario:

Contabilidade

16) As disponibilidades constam de registro próprio de modo que recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória estão identificados e escriturados de forma individualizada?

Resposta: Sim

Comentario:

17) Houve registro contábil das obrigações do Ente no Passivo Financeiro e Permanente?

Resposta: Sim

Comentario:

18) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público?

Resposta: Sim

Comentario:

19) Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?

Resposta: Sim

Comentario:

20) O Poder Executivo encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União?

Resposta: Sim

Comentario:

Educação

29) Foi aplicado o percentual mínimo de 25% da receita proveniente de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino?

Resposta: Sim

Comentario:

30) Houve aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício?

Resposta: Sim

Comentario:

Saúde

92) Houve cumprimento do limite mínimo de 15% em ações e serviços públicos de saúde?

Resposta: Sim

Comentario:

Lei de Responsabilidade Fiscal

36) O Poder Executivo demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre/semestre anterior, em audiência pública?

Resposta: Sim

Comentario:

37) Onde foi realizada audiência pública?

Resposta: camara

38) A audiência foi realizada no prazo estabelecido no art. 9º, § 4º da LRF?

Resposta: Sim

Comentario:

39) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica foram utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação?

Resposta: Sim

Comentario:

40) A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO foi apresentada com os Anexos de Metas e Riscos Fiscais?

Resposta: Sim

Comentario:

41) As publicações bimestrais dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foram efetuadas nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentario:

42) O envio bimestral do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), relativos ao exercício foi efetuado nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentario:

43) O Poder Executivo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentario:

44) O Poder Executivo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentario:

45) O Poder Executivo instituiu e cobra todos os impostos e taxas de sua competência conforme

disposto no art. 11 da LC nº. 101/2000?

Resposta: Sim

Comentario:

46)Ocorreram fatos que requeresse a limitação de empenhos?

Resposta: Não

Comentario:

47)Houve limitação de empenhos e movimentação financeira, nos casos estabelecidos em lei art. 9º da LC nº 101/00?

Resposta: Não

Comentario:

48)Houve cumprimento do limite da dívida consolidada?

Resposta: Sim

Comentario:

49)Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

Resposta: Não

Comentario:

50)O Poder Executivo inscreve na Dívida Ativa os contribuintes inadimplentes com o recolhimento dos impostos devidos e adota as providências para cobrança?

Resposta: Não

Comentario: estamos implantando

Financeiro

31)Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

Resposta: Sim

Comentario:

32)Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

Resposta: Sim

Comentario:

33)Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

Resposta: Sim

Comentario:

34)Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal e legislação local?

Resposta: Sim

Comentario:

35)Houve cumprimento da estrita ordem cronológica das exigibilidades para cada fonte diferenciada de recursos no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras, prestação de serviços e precatórios?

Resposta: Sim

Comentario:

Despesas

21)O Poder Executivo estabeleceu a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso?

Resposta: Sim

Comentario:

22)A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso foram estabelecidos

pelo Poder Executivo em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?

Resposta: Sim

Comentario:

23) Houve despesas ordenadas sem a autorização legal?

Resposta: Não

Comentario:

24) Todos os processos de realização de despesas são submetidos à verificação e análise do Controle Interno?

Resposta: Sim

Comentario:

25) Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

Resposta: Não

Comentario:

26) Houve despesas não empenhas de competência do referente período?

Resposta: Sim

Comentario: devido insuficiencia de planejamento pelo setor de compras e serviços, houve alguns documentos fiscais com sua devida liquidação que nao foram empenhados no prazo habil, mais que esta sendo analisados e se processado sera empenhado para pagamento com base no termo de reconhecimento de dívida.

27) Existe instrumento legal determinando o valor e disciplinando a concessão de diárias?

Resposta: Sim

Comentario:

28) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

Resposta: Não

Comentario:

Informações Adicionais

93) Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário.

Resposta: ate a presente data não houve concepção de irregularidades previamente constatadas, mais que havendo iremos tomar providencias cabiveis

94) NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto às falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas.

Resposta: nao houve

95) Informe o endereço eletrônico do Portal da Transparência desta Unidade

Resposta: www.muricilandia.to.gov.br



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Publica
Análise Conclusiva do Controle Interno

CÂMARA MUNICIPAL DE MURICILÂNDIA

598.428.811-72 - FRANCISCO DAS CHAGAS SOARES DA SILVA

Período Referência: 2018/2

Entrega de dados: 25/04/2019 15:26:16 -

Independente Financeiramente?

Sim

Comentário:

Lei de Instituição do Controle Interno:

03/2016

Poder Legislativo

1) Os Extratos das contas bancárias foram devidamente conciliados?

Resposta: Sim

Comentário:

2) Foi realizada mensalmente a consistência entre a movimentação bancária e os registros contábeis?

Resposta: Sim

Comentário:

3) Os Extratos das contas bancárias originais estão arquivados na sede da entidade e conferem com o Termo de Conferência de Saldos?

Resposta: Sim

Comentário:

4) Os Repasses das parcelas mensais do duodécimo ao Poder Legislativo estão de acordo com os limites estabelecidos na Constituição Federal?

Resposta: Sim

Comentário:

5) Foi detectada ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência?

Resposta: Não

Comentário:

6) Houve ausência de retenção, ou retenção a menor, da contribuição previdenciária dos servidores?

Resposta: Não

Comentário:

7) Houve ausência de recolhimento, ou recolhimento a menor, da contribuição previdenciária dos servidores à instituição de previdência?

Resposta: Não

Comentário:

8) O Poder Legislativo recolhe aos cofres municipais os impostos retidos sobre pagamentos efetuados?

Resposta: Sim

Comentário:

9) Houve atendimento às técnicas de registros e aos Princípios Fundamentais de Contabilidade?

Resposta: Sim

Comentário:

10) O Poder Legislativo possui quadro de pessoal próprio, instituído por lei?

Resposta: Sim

Comentário:

11) O quantitativo de pessoal é compatível com o quadro aprovado?

Resposta: Sim

Comentário:

12) Os servidores foram admitidos através de concurso público?

Resposta: Sim

Comentário:

13) Os documentos relativos ao concurso e os atos de nomeação/admissão foram encaminhados ao Tribunal de Contas para registro?

Resposta: Sim

Comentário:

14) Existem servidores contratados por tempo determinado?

Resposta: Sim

Comentário:

15) Os contratos estão autorizados por lei específica e motivos devidamente justificados?

Resposta: Sim

Comentário:

16) Houve cumprimento do limite legal da despesa com pessoal?

Resposta: Sim

Comentário:

17) A Despesa Total com Pessoal atingiu 90% do limite legal?

Resposta: Sim

Comentário:

18) A Despesa Total com Pessoal excedeu 95% do limite legal?

Resposta: Não

Comentário:

19) Houve ocorrência de déficit financeiro (passivo financeiro maior que ativo financeiro)?

Resposta: Não

Comentário:

20) Houve inscrição de restos a pagar processados sem disponibilidade financeira, evidenciando desequilíbrio das contas públicas?

Resposta: Não

Comentário:

21) O Poder Legislativo publicou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal ? LRF e na forma do disposto nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN?

Resposta: Sim

Comentário:

22) O Poder Legislativo enviou os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), nos prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal ? LRF e na forma do disposto nas Portarias da STN?

Resposta: Sim

Comentário:

23) Qual o número de vereadores da localidade?

Resposta: 9

24) Qual o percentual além do subsídio é pago ao vereador presidente da Câmara Municipal?

Resposta: 0

25) O subsídio de cada vereador está de acordo com o limite máximo estabelecido no art. 29, VI da Constituição Federal?

Resposta: Sim

Comentário:

26) O total de gastos com subsídio de vereadores obedeceu ao limite de até 5% da receita do município?

Resposta: Sim

Comentário:

27) O total da despesa com o Legislativo Municipal em relação à receita arrecadada do exercício anterior está de acordo com o art. 29-A da Constituição Federal?

Resposta: Sim

Comentário:

28) O total da despesa da folha de pagamento da Câmara Municipal foi inferior aos 70% do repasse ao Poder Legislativo?

Resposta: Sim

Comentário:

29) O Poder Legislativo possui Comissão Permanente de Licitação regular?

Resposta: Sim

Comentário:

30) Todos os processos de compras de materiais e serviços de valor superior ao limite mínimo exigido pela Lei Federal no 8.666/1993, são submetidos à análise da comissão?

Resposta: Sim

Comentário:

31) Em todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade são obedecidas as normas da Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores?

Resposta: Sim

Comentário:

32) Houve análise e manifestação do responsável pelo controle interno em todos os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos licitatórios, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres?

Resposta: Sim

Comentário:

33) Todos os processos de realização de despesas são submetidos à análise do Controle Interno?

Resposta: Sim

Comentário:

34) Foi detectada alguma irregularidade ou ilegalidade nos casos analisados?

Resposta: Não

Comentário:

35) Houve despesas não empenhas de competência do referente período?

Resposta: Não

Comentário:

36) No Poder Legislativo existe instrumento legal determinando o valor disciplinando a concessão e pagamento de diárias?

Resposta: Sim

Comentário:

37) Citar outras irregularidades ou ilegalidades constatadas não descritas no questionário acima:

Resposta:

38) NOTAS EXPLICATIVAS (justificativas e indicação das providências adotadas quanto às falhas e irregularidades ou ilegalidades constatadas).

Resposta:

Informações Adicionais

95) Informe o endereço eletrônico do Portal da Transparência desta Unidade

Resposta: <http://camaramunicipalmuricilandia.to.gov.br/>